

NOTA À IMPRENSA

Transcreve-se, abaixo, o documento final da I Conferência de Mulheres da CPLP, aprovado ontem, 1º de fevereiro, em Salvador, ao término da I Conferência de Mulheres da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento. A Conferência, que se realizou entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2000, contou com a presença do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

"DOCUMENTO FINAL DA I CONFERÊNCIA DE MULHERES DA CPLP SOBRE GÊNERO, CULTURA, ACESSO AO PODER, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Realizou-se na cidade de Salvador, de 30 de janeiro a 1º de fevereiro 2000, a I Conferência de Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento.

A Conferência foi promovida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura do Brasil, em estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores e com o Secretariado Executivo da CPLP. Contou também com o apoio do Ministério da Cultura, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador.

Compareceram à Conferência delegações dos países membros da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe - participantes nomeados no anexo I). A Conferência contou ainda com as participações do Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco, da representante do PNUD, Thelma Awori, e com membros do Conselho Nacional da Resistência Timorense, em representação do território de Timor Loro Sae.

Na abertura da sessão de trabalhos da Conferência de Salvador, as delegações ouviram as palavras de estímulo da representante do PNUD, Sra. Awori, que enfatizou a importância da representação e do empenho das mulheres para conquistar espaços mais amplos na sociedade, bem como a necessidade de aumentar a representatividade feminina nas instituições políticas em geral. Registraram, com satisfação, a disponibilidade do PNUD de emprestar seu apoio a projetos da CPLP afetos à promoção da mulher.

As delegadas à Conferência de Salvador registraram, com satisfação, o oferecimento do apoio possível da CPLP, indicado por seu Secretário Executivo, para a utilização das estruturas da CPLP no encaminhamento da agenda aprovada na Conferência.

Tratando-se do primeiro encontro reunindo mulheres dos países da CPLP e também de Timor Loro Sae, a Conferência de Salvador propiciou oportunidade para profícua e extensa troca de informações acerca da situação da mulher e das políticas de gênero nos países da CPLP, bem como do estágio de implementação, nesses mesmos países, do Programa de Ação de Beijing. Permitiu ainda a identificação de demandas comuns às mulheres de todos os países da CPLP relativas à erradicação da pobreza, à promoção do desenvolvimento humano e sustentável e da inclusão social, ao acesso à saúde, à educação e ao emprego, ao apoio à participação das mulheres em atividades econômicas e, em especial, à participação política e acesso ao poder.

Nesta I Conferência, as mulheres da CPLP reconheceram a conveniência de estreitar o diálogo com vistas a aproveitar os instrumentos disponibilizados pelas estruturas formais da Comunidade para o fortalecimento dos programas nacionais de promoção da igualdade e dos direitos da mulher.

Os trabalhos da Conferência de Salvador realizaram-se conforme disposições aprovadas na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 1999, por ocasião da Reunião Preparatória do I Encontro das Mulheres da CPLP, consubstanciadas no Documento Final daquela reunião.

Nos seis grupos de trabalho que se reuniram durante a Conferência de Salvador, **as delegações dos países membros da CPLP e de Timor Loro Sae registraram:**

a) No tema **"A feminização da pobreza e os modelos de desenvolvimento nos países da CPLP"**, que a pobreza afeta primordialmente as mulheres; que a educação, conforme reconhece o Banco Mundial, e em particular a educação e formação das mulheres, é a política mais eficaz para produzir impacto no desenvolvimento; que, nos relatórios sobre desenvolvimento, as desigualdades mais freqüentes são entre os sexos; que não se deve perder de vista a perspectiva raça/etnia na questão da feminização da pobreza; que a Conferência de Beijing sublinhou a necessidade de integrar a perspectiva de gênero na vida pública e privada; que as políticas públicas devem ser transversais, propondo ações positivas para as mulheres, na educação, na saúde, no emprego, no desenvolvimento social e em todas as áreas em que as mulheres são discriminadas; que nas discussões sobre modelos de desenvolvimento, é imperativo ouvir as populações quanto a suas necessidades, de modo a promover efetiva igualdade; que é importante reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e as tecnologias alternativas nos programas de desenvolvimento; que é necessário promover a formação profissional para que as mulheres possam ter acesso a ocupações melhor remuneradas; que os programas de ajuste estrutural adotados pelos vários Governos dos países da CPLP provocaram a redução dos investimentos sociais; que é necessário criar empregos para as mulheres, tendo em conta a necessidade de estruturas de apoio para crianças e idosos; que os modelos de desenvolvimento devem adequar-se ao contexto cultural local; que é imperiosa a participação política das mulheres no processo decisório para definição dos modelos de desenvolvimento nacionais, viabilizando, assim, a recuperação do conteúdo humanístico dos processos de desenvolvimento; e, por fim, que é urgente a implementação, pelos Governos, da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing e o cumprimento de todas as Convenções e instrumentos internacionais dos quais os países membros da CPLP são signatários relativos à promoção de desenvolvimento e do respeito aos direitos humanos.

b) No tema **"A participação das mulheres nas atividades econômicas dos países membros da CPLP"**, que, a despeito de sua diversidade, há dificuldades comuns a todos os países da CPLP relativas à efetiva inserção e paridade das mulheres em todos os escalões do mercado de trabalho; que, na origem de tais dificuldades, está o deficiente acesso à educação – mais nítido entre as

mulheres dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), dificultando ou mesmo inviabilizando suas alternativas de acesso à formação e ao desempenho profissional; que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá em nichos ocupacionais específicos, com grande concentração no setor informal, sem proteção e direitos do trabalho; que é preciso focar a mulher como sujeito prioritário das ações públicas, tanto mais pela importância crescente que assume como responsável pela família; que a globalização e os conflitos armados vivenciados em alguns países da CPLP agravam as condições de participação das mulheres nas atividades econômicas; que a cultura dominante e as práticas tradicionais do mercado de trabalho dificultam a inserção qualitativa das mulheres nas atividades econômicas; e, por fim, que é necessário salientar o trabalho invisível exercido pelas mulheres, particularmente o trabalho de agricultura para subsistência familiar, o comércio informal e o trabalho doméstico em todos os países membros da CPLP.

c) No tema "**As condições de acesso à saúde e à educação nos países membros da CPLP**", que a educação é primordial para um desenvolvimento harmonioso da sociedade; que é necessário o reforço de programas educativos com transversalidade de gênero, particularmente aqueles voltados para as mulheres, jovens e meninas, e os programas de alfabetização; que é preciso garantir o acesso e permanência no ensino público gratuito e de qualidade nos países da CPLP e melhorar as metodologias de controle e supervisão do ensino privado; que é necessário promover e acelerar a formação em gênero; que uma vida com saúde não pode conviver com as altas taxas de mortalidade materno-infantil, com a gravidez precoce, com a ampliação dos casos de AIDS entre as mulheres, com a má-nutrição, com a ausência e inacessibilidade aos serviços de planejamento familiar de qualidade e de saneamento básico, nem com a privatização crescente da saúde pública; que é importante o reforço de programas de educação para a saúde e de planejamento familiar, educação ambiental, saúde materno-infantil e saúde reprodutiva; que é necessária a concepção e aplicação de indicadores de avaliação sobre a aplicação de políticas ligadas à educação e saúde; que é preciso incentivar a aplicação de medidas ligadas aos direitos reprodutivos, sobretudo saúde materno-infantil, à violência contra as mulheres e ao tráfico de mulheres, na linha do preconizado na Plataforma de Beijing.

d) No tema "**Gênero, cultura e identidade**", que diferentes fatores culturais constituem-se em um dos mais sérios constrangimentos à abordagem da questão do gênero; que a aceitação de uma imagem negativa da mulher, transmitida pela cultura dominante nos países da CPLP, atua de forma nefasta para o desenvolvimento e promoção da mulher como ser humano e sujeito de direitos; que é necessário o estabelecimento de dispositivos jurídicos, em cada Estado, para regulamentar práticas culturais tradicionais que impedem o desenvolvimento e a participação das mulheres na vida política, econômica, social e cultural; que os meios de comunicação social tem aspectos positivos e negativos na formação de modelos e transmissão da imagem da mulher; que é importante a utilização do poder da comunicação social na sociedade atual para a dignificação das mulheres e de seus interesses, bem como para o desenvolvimento de programas educativos em uma perspectiva de gênero e raça/etnia; que os programas de ensino devem permitir a abordagem das questões culturais para que as jovens gerações assimilem os valores positivos para mudança no comportamento a favor da mulher, assegurando assim o enraizamento da identidade cultural; que as mulheres desempenham papel estratégico na preservação da cultura e na defesa da identidade, razão pela qual devem ser apoiadas no exercício e desempenho dos mesmos; que é necessário que as mulheres integrantes das comunidades emigradas da CPLP sejam também apoiadas, tendo em conta seu papel na transmissão e preservação da identidade cultural.

e) No tema "**Igualdade, Paridade, Participação Política e Acesso ao Poder**", que, na maioria dos países, ainda é negado à mulher o pleno desenvolvimento de sua cidadania e o acesso aos cargos do poder. Esse fato se manifesta na representação de mulheres no Legislativo, onde se verifica sua reduzida presença, sendo a seguinte a representação nos respectivos Parlamentos: Angola 15,5 % (34 mulheres de 220 deputados), Brasil 6,06% (36 mulheres em 594

parlamentares), Cabo Verde 6,9 % (5 mulheres em 72 deputados), Guiné Bissau 7,8% (8 mulheres em 102 deputados), Moçambique 28 % (70 mulheres em 250 deputados), Portugal 18,7 % (43 mulheres em 230 deputados) e São Tomé e Príncipe 9,1 % (5 mulheres em 55 deputados).

f) No tema "**Políticas de Gênero, Modelos de Desenvolvimento e Inclusão Social**", que é necessário utilizar os conceitos de desenvolvimento já consagrados nas Declarações de Viena e de Beijing.

As delegações dos países membros da CPLP escutaram as informações prestadas pelas representantes de Timor Loro Sae sobre a situação no território e instam seus respectivos Governos a emprestar solidariedade efetiva aos timorenses na reconstrução do país e na promoção do desenvolvimento auto-sustentado.

As representantes de Angola puderam igualmente relatar os avanços da campanha militar do Governo angolano contra os rebeldes da UNITA, tendo as delegações dos demais países manifestado sua satisfação com as perspectivas promissoras de a paz vir finalmente a instalar-se naquele país irmão.

As participantes manifestaram total solidariedade às mulheres de Angola, Guiné Bissau e Timor Loro Sae pelas difíceis condições que a guerra lhes impôs e ainda impõe e recomendam aos seus Governos que fortaleçam os programas de cooperação, particularmente aqueles desenvolvidos no âmbito da CPLP, destinados à reconstrução desses três países.

As delegações à Conferência de Salvador acompanharam, com atenção, os relatos das participantes de Angola, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Loro Sae sobre os conflitos armados concluídos ou em andamento em seus países, bem como as apresentações das representantes da UNESCO e do Secretariado Executivo da CPLP sobre os esforços de seus organismos em prol do estabelecimento de uma cultura da paz. As delegadas concordaram com que a prevenção de conflitos e a manutenção da paz em países da CPLP passam pelo desenvolvimento econômico, social e humano de suas populações, bem como exaltaram a necessidade da promoção de uma cultura da paz.

Ao final de seus trabalhos, as delegações dos países da CPLP e de Timor Loro Sae decidiram recomendar aos Governos dos países membros da CPLP:

a) a inserção da perspectiva de gênero em todas as políticas que visem a um desenvolvimento sustentável da sociedade e, particularmente, nos programas de cooperação bilateral e multilateral desenvolvidos no âmbito da CPLP;

b) que, na próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a ter lugar em Maputo, em julho de 2000, aprovem uma Declaração relativa à questão de gênero;

c) que todas as delegações dos países da CPLP às Conferências Regionais e Internacionais sejam constituídas com representação de mulheres comprometidas com questões de gênero;

d) que promovam a concertação político-diplomática entre as delegações dos países membros da CPLP que participarão da reunião de Nova York, em junho de 2000, e das reuniões dos comitês preparatórios, agendadas para março próximo, com vistas à adoção de posições comuns;

e) a inclusão das recomendações da Declaração de Salvador nos fora locais e regionais da revisão da Plataforma de Beijing;

f) a participação de representante da CPLP na Sessão Especial da Assembléia das Nações Unidas

sobre a Implementação dos Resultados da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing + 5);

g) a inclusão, em suas respectivas delegações que participarão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a realizar-se no próximo mês de julho, em Maputo, de uma representação de mulheres comprometidas com os programas de promoção da mulher;

h) a alocação de no mínimo 20 % do orçamento do Fundo Especial da CPLP para financiamento de projetos e atividades específicas de promoção da mulher, como manifesto compromisso dos Governos da CPLP com a promoção da política de gênero no âmbito da Comunidade;

i) que, nos programas de cooperação no âmbito da CPLP, considerem a imperiosa necessidade de capacitação das mulheres para o exercício pleno do poder;

j) a supressão da necessidade de vistos em passaportes diplomáticos, de serviço e comuns para nacionais dos países membros da Comunidade, de modo a facilitar o livre trânsito de pessoas no espaço da CPLP;

k) a articulação de parcerias entre os países da CPLP de forma a favorecê-los enquanto parceiros na área de comércio;

l) a realização de campanhas de sensibilização junto às instâncias adequadas para que o Português seja reconhecido como língua de trabalho nos fora internacionais, facilitando assim as relações não só diplomáticas, mas também culturais e comerciais entre os países da CPLP e o mundo;

m) que haja uma representação de mulheres nas negociações dos processos de paz em zonas em conflito;

n) o investimento na educação e formação das mulheres, jovens e meninas e a alocação de mais recursos orçamentários para a implantação de programas e políticas públicas de saúde para as mulheres;

o) a criação de mecanismos de controle e acompanhamento da aplicação das políticas de saúde e educação na perspectiva de gênero, junto às instâncias governamentais;

p) a introdução da abordagem de gênero nas análises, discussões, definições de políticas e tomadas de decisão sobre as questões concernentes à saúde e educação;

q) a concessão de créditos subsidiados para as mulheres de modo a promover sua inserção no mercado de trabalho e em diferentes atividades econômicas;

Decidiram, ainda, propor ao Secretariado Executivo da CPLP:

a) que submeta ao Comitê de Concertação Permanente proposta de alteração dos Estatutos da CPLP, mediante inclusão de artigo específico abordando o compromisso dos Governos com a questão de gênero;

b) que crie, junto ao Secretariado Executivo, uma Assessoria Extraordinária para Assuntos de Gênero;

c) que faça a divulgação, entre os países membros da CPLP, dos documentos preparatórios elaborados por cada país para a próxima reunião de Beijing + 5, com vistas a permitir a coordenação de posições por ocasião das reuniões de Nova York, promovendo aí uma reunião de

chefes das delegações dos países da CPLP;

d) que disponibilize fundos do Fundo Especial da CPLP para a tradução dos documentos preparatórios da Reunião de Beijing + 5 em uma das línguas da ONU, se solicitado por algum dos países membros da CPLP;

e) a organização de uma base de dados junto ao Secretariado Executivo da CPLP que integre informações sobre política de gênero;

f) que estimule a realização, concomitante à próxima Reunião dos Presidentes de Paramentos da CPLP, de uma reunião de mulheres parlamentares dos países da CPLP;

g) que encaminhe o presente Documento Final aos Chefes de Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos países da CPLP, bem como demais autoridades que julgar pertinente, e também aos fora de ONGs dos países da Comunidade.

Por fim, aprovaram:

a) a institucionalização da Conferência de Mulheres da CPLP;

b) a criação de uma Secretaria Pro Tempore da Conferência das Mulheres da CPLP, a ser exercida pelo Brasil até a realização, em 2001, em local e data a serem oportunamente definidos, da II Conferência das Mulheres da CPLP;

c) a criação de uma Rede de Mulheres da CPLP, a ser inicialmente formada por pontos focais para a questão de gênero de cada país da Comunidade e do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que serão, tão logo possível, indicados pelos Governos dos países da CPLP ao Secretariado Executivo da organização. A esta Rede deverão somar-se, assim que possível, pontos focais em representação da sociedade civil de cada país, que se articularão com aqueles indicados pelos Governos;

d) a criação de um página na INTERNET que abrigará informações sobre a mulher da CPLP, uma base de dados sobre a questão de gênero nesses países e, ainda, que servirá de ponto de referência para a comunicação entre todos os interessados na promoção da igualdade e dos direitos da mulher nos países da Comunidade. As delegadas à Conferência de Salvador agradeceram à Fundação Cultural Palmares, do Brasil, sua oferta para assegurar o financiamento inicial da produção da referida página.

As delegações presentes à Conferência de Salvador reiteraram, por fim, os objetivos explicitados por ocasião da Reunião Preparatória, no Rio de Janeiro, e ainda não materializados, que indicavam a necessidade de criação, no curto prazo, de um Fórum de Mulheres da CPLP, com as seguintes funções:

a) integrar as questões de gênero às políticas e mecanismos da CPLP;

b) institucionalizar a participação plena das mulheres na CPLP;

c) definir uma agenda comum;

d) instituir mecanismos de cooperação entre as estruturas governamentais e organizações de mulheres da sociedade civil dos países da CPLP.

As delegadas à I Conferência de Mulheres da CPLP registraram, com grande satisfação, o efetivo apoio do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, à causa da mulher, manifesta, entre outras formas, em sua disposição de vir a Salvador para apresentar às delegações estrangeiras a posição do Governo brasileiro sobre sua política de gênero. As participantes do Encontro de Salvador congratulam-se com o Ministro Lampreia por seu compromisso com a promoção das políticas de gênero no âmbito da CPLP.

Por fim, as participantes da I Conferência de Mulheres da CPLP expressaram ao Brasil e em particular à Cidade de Salvador, seus habitantes e autoridades, seus agradecimentos pela calorosa acolhida e pela hospitalidade que lhes dispensaram.

Feito em Salvador, em 1 de fevereiro de 2000."